

A dupla paternidade e os efeitos sucessórios

Para ler o TCC na íntegra, [clique aqui](#)

Autores

Sueli Vieira Silva Cassita

Orientação

Lais Giovanetti

Resumo

Analisa-se neste artigo a evolução histórica da família no ordenamento jurídico brasileiro, expondo as influências e transformações que ocorreram ao longo dos tempos no âmbito das novas constituições familiares. Para tanto, estabelecer-se-á fundamentos básicos e jurídicos a fim de contextualizar a finalidade principal, que é a dupla paternidade, a parentalidade socioafetiva baseada no princípio da afetividade, estabelecendo critérios objetivos que possibilitem analisar sobre os direitos sucessórios e as decisões judiciais. Ao final, este trabalho buscará determinar critérios objetivos que possibilitem analisar, concretamente, possível ocorrência de efeitos jurídicos especialmente sucessórios oriundos da dupla paternidade. Do ponto de vista metodológico, adotou-se o método da revisão da literatura nacional, bem como da legislação nacional e da análise de decisões proferidas pelos órgãos do Poder Judiciário brasileiro para obtenção das conclusões.

Palavras-chave: Família. Novas constituições familiares. Dupla paternidade. Princípio da afetividade. Direitos sucessórios.

Os direitos sucessórios do companheiro à luz da jurisprudência do supremo tribunal federal e o entendimento sobre sua condição como herdeiro necessário

Para ler o TCC na íntegra, [clique aqui](#)

Autores

Talita Silva Magalhães

Orientação

Lais Giovanetti

Resumo

Analisa-se no presente artigo os direitos sucessórios do companheiro da união estável no ordenamento jurídico brasileiro, utilizando-se como objetivo o reconhecimento do mesmo como herdeiro necessário na linha de sucessões, conforme decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal. Para tanto no primeiro tópico será abordada a evolução histórica da família até o reconhecimento legal da união estável, assim como sua evolução legislativa e a definição de seu conceito e características necessárias para o reconhecimento da união estável. Far-se-á uma comparação entre os direitos sucessórios do cônjuge e do companheiro no Código Civil brasileiro, analisando as diferenças trazidas pelo legislador. Através da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em resoluções de conflitos relacionados ao direito sucessório dos companheiros, analisar-se-á a inconstitucionalidade do Art. 1.790 do C.C de 2002. Encerrar-se-á o presente artigo com a análise sobre a posição do companheiro como herdeiro necessário. Do ponto de vista metodológico, adotou-se o método da revisão da literatura nacional, bem como da legislação nacional e da análise de decisões proferidas pelos órgãos do Poder Judiciário brasileiro para obtenção das conclusões.

Palavras-chave: Companheiro. Direitos sucessórios. Herdeiro necessário. Reconhecimento. Supremo Tribunal Federal.